



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

09 170

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**  
**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293356-0 – TRIUNFO (VARA ÚNICA)**  
**RECORRENTE: JOÃO BATISTA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA PE000573**  
**RECORRIDO: MUNICÍPIO DE TRIUNFO**  
**Advogado: Haroldo Magalhães de Carvalho PE025252**  
**RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO TEMPORÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NORMA CONSTITUCIONAL DE EFEICÁCIA LIMITADA. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA REGULAMENTADORA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO DIREITO RECLAMADO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. É pacífico na doutrina e jurisprudência que a Emenda Constitucional nº 19/1998 (que deu nova redação ao art. 39, §3º da Constituição Federal), não suprimiu o direito à percepção do adicional de insalubridade pelos servidores públicos, pois a alteração ocorrida, na medida em que retirou a gratificação do rol dos direitos constitucionalmente assegurados, apenas relegou, desta forma, sua regulamentação à legislação infraconstitucional.
2. O comando constitucional referido não é dotado de eficácia plena, já que condicionado à edição de lei regulamentando a matéria, o que restringe o acolhimento de qualquer pretensão que não tenha previsão legal expressa.
3. A Emenda Constitucional nº 19/98 referida não suprimiu o direito ao recebimento do adicional de insalubridade dos servidores públicos, apenas permitiu a cada ente estatal a implementação de legislação específica, responsável pela regulamentação quanto às atividades insalubres e as alíquotas a serem aplicadas, em atenção ao princípio da legalidade.
4. No presente caso, não há como atender as expectativas do agravante, tendo em vista a inexistência de lei específica, regulamentando a possibilidade de percepção do adicional de insalubridade, bem como o seu grau e percentual. Nesse mesmo sentido, bastante esclarecedores são os fundamentos utilizados pelo magistrado *a quo*.
5. Recurso de Agravo a que se nega provimento. À unanimidade.

**ACÓRDÃO**

09

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0293356-0, em que figuram como Recorrente João Batista dos Santos e como Recorrido Município de Triunfo, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar provimento** ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Maio de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

09

171

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293356-0 – TRIUNFO (VARA ÚNICA)**

**RECORRENTE: JOÃO BATISTA DOS SANTOS**

**ADVOGADO: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA PE000573**

**RECORRIDO: MUNICÍPIO DE TRIUNFO**

**Advogado: Haroldo Magalhães de Carvalho PE025252**

**RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por João Batista dos Santos, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria, exarada nos autos da Apelação Cível nº 0293356-0.

A decisão questionada (fls. 156/157v) negou seguimento à Apelação Cível, posto ela se encontrar em confronto com a jurisprudência deste Tribunal de Justiça, vez que não existe lei específica regulamentando o adicional de insalubridade reclamado pela autora.

Aduz o Recorrente, em síntese, que se submeteu a processo de seleção simplificada e no seu ambiente de trabalho está exposto a agentes prejudiciais à saúde e à sua integridade física. Para tanto, merece o pagamento do adicional de insalubridade, previsto no artigo 189 da CLT.

Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda esta Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara.

É o que de relevante se tem a relatar.

**VOTO**

Senhores Desembargadores. Senhor Procurador de Justiça.

Mantenho a mesma persuasão que me norteou quando da prolação do *decisum* ora impugnado.

É pacífico na doutrina e jurisprudência que a Emenda Constitucional nº 19/1998 (que deu nova redação ao art. 39, §3º da Constituição Federal), não suprimiu o direito à percepção do adicional de insalubridade pelos servidores públicos, pois a alteração ocorrida, na medida em que retirou a gratificação do rol dos direitos constitucionalmente assegurados, apenas relegou, desta forma, sua regulamentação à legislação infraconstitucional.

Art. 39

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

09

lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

O comando constitucional referido não é dotado de eficácia plena, já que condicionado à edição de lei regulamentando a matéria, o que restringe o acolhimento de qualquer pretensão que não tenha previsão legal expressa.

Nesse sentido, em obediência ao princípio da legalidade estrita, o recebimento das gratificações pela execução de trabalho de natureza especial com risco de saúde depende de lei específica a indicar os critérios para a sua concessão.

O vínculo das partes integrantes da presente lide ocorre pelo regime estatutário, ou seja, mediante lei municipal estabelecendo os direitos e deveres do servidor público municipal, e, sendo assim, deve-se atentar para a própria legislação municipal, cabendo ao Município disciplinar e normatizar a relação jurídica com o servidor público.

A Emenda Constitucional nº 19/98 referida não suprimiu o direito ao recebimento do adicional de insalubridade dos servidores públicos, apenas permitiu a cada ente estatal a implementação de legislação específica, responsável pela regulamentação quanto às atividades insalubres e as alíquotas a serem aplicadas, em atenção ao princípio da legalidade.

Abaixo, colaciono alguns julgados deste Egrégio Tribunal de Justiça a respeito dessa questão:

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. «ADICIONAL» DE «INSALUBRIDADE». AUSÊNCIA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. COMANDO CONSTITUCIONAL NÃO DOTADO DE EFICÁCIA PLENA. INEXISTÊNCIA DE «LEI» «REGULAMENTADORA». EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS À UNANIMIDADE. 1-Versa a lide em apreço acerca do pedido de concessão de «adicional» de «insalubridade»; 2-apesar de a Constituição Federal prever o «adicional» de «insalubridade», sabe-se que tal comando constitucional não é dotado de eficácia plena, pois necessita de «lei» «regulamentadora», indicando quais os percentuais a serem adotados para cada caso, além da possibilidade ou não da implementação da referida verba; 3-Por isso, não há como atender as expectativas da embargante, com relação a necessidade de dilação probatória, tendo em vista a inexistência de «lei» específica, regulamentando a possibilidade de percepção do «adicional» de «insalubridade», bem como o seu grau e percentual; 4-À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso. (TJPE – ED nº 189762-7/01, Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível, data do julgamento: 12/01/2010 – sem grifos no original)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. HORAS EXTRAS. ESTABILIDADE FINANCEIRA. NÃO COMPROVAÇÃO DO TEMPO NECESSÁRIO A SUA CONCESSÃO ANTES DO ADVENTO DA EC Nº 19/98. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

09 172

O apelante funda sua pretensão revisional na disposição contida no art. 7º, XXIII, da CF/88, que prevê o adicional de insalubridade, conjugado com a ausência de proibição para sua concessão, face à redação do art. 39, § 3º, dada pela EC nº 19/98. 2. Ocorre que o comando constitucional mencionado não é dotado de eficácia plena, posto condicionado à edição de lei regulamentando a matéria, tanto que ao final especifica "na forma da lei". 3. Não se pode deferir administrativamente, e com efeitos financeiros, qualquer pretensão que não tenha previsão legal expressa, até por conta do princípio do orçamento, que exige dotação prévia.

(...) Omissis...

(Apelação Cível, Número do Acórdão 137192-2, Comarca Ferreiros, Número de Origem 03002082, Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Órgão Julgador 8ª Câmara Cível, Data de Julgamento 17/5/2007 14:00:00, Publicação 99).

No presente caso, não há como atender às expectativas do agravante, tendo em vista a inexistência de lei específica, regulamentando a possibilidade de percepção do adicional de insalubridade, bem como o seu grau e percentual. Nesse mesmo sentido, bastante esclarecedores são os fundamentos utilizados pelo magistrado *a quo*.

Nesse sentido, se não há que se falar em pagamento do adicional de insalubridade, também seus reflexos não são devidos.

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do recorrente infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria, voto pelo não provimento ao Recurso de Agravo nº 293356-0.

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator